

# Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019 e relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2019



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Informações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019	12

# Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

---

**Grant Thornton Auditores  
Independentes**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º  
andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.**  
Guarulhos – SP

## Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de três e nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 – *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 416.535 mil durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e que, naquela data, o patrimônio líquido estava negativo em R\$ 1.335.326 mil e o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.782.405 mil.

A Administração, baseada no plano de negócios, considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa e reequilíbrio do capital circulante líquido.

Em 30 de setembro de 2019, a eventual não confirmação do referido plano de negócios, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de novembro de 2019



Régis Eduardo Baptista dos Santos  
CT CRC 1SP-255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 31 DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	57.973	502.468
Aplicações financeiras vinculadas	5	82.231	28.031
Contas a receber	6	242.350	254.026
Estoques		8.878	6.638
Impostos a recuperar	7a	33.394	38.384
Despesas antecipadas		5.831	5.058
Outros adiantamentos		7.493	4.911
		<u>438.150</u>	<u>839.516</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	5	128.197	123.120
Contas a receber	6	6.017	5.929
Impostos diferidos ativos	7b	259.602	202.229
Estoques		9.674	7.765
Impostos a recuperar	7a	389.847	391.236
Partes relacionadas	8	17.730	17.730
Depósitos judiciais	14	17.634	14.099
Imobilizado	9	11.853	13.913
Intangível	10	14.190.830	14.580.161
		<u>15.031.384</u>	<u>15.356.182</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>15.469.534</u></u>	<u><u>16.195.698</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 31 DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		55.864	78.347
Empréstimos e financiamentos	11	430.792	176.564
Debêntures	12	90.147	65.274
Impostos a recolher	7d	36.875	37.913
Obrigações com empregados e administradores		21.950	22.992
Concessão de serviço público	13	1.395.305	1.423.218
Partes relacionadas	8	25.883	25.883
Receita diferida	15	19.099	17.737
Adiantamento de clientes		3.162	13.687
Outros passivos	16	141.478	135.762
		<u>2.220.555</u>	<u>1.997.377</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	2.507.893	2.531.413
Debêntures	12	657.820	666.878
Concessão de serviço público	13	11.262.006	11.754.113
Provisão para obrigações legais	14	13.699	11.261
Receita diferida	15	142.887	153.364
Adiantamento de clientes		-	83
		<u>14.584.305</u>	<u>15.117.112</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	17	2.624.558	2.624.558
Prejuízo acumulado		(3.543.349)	(3.355.132)
Resultado do período/ exercício		(416.535)	(188.217)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(1.335.326)</u>	<u>(918.791)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		<u>15.469.534</u>	<u>16.195.698</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS DE NOVE E TRÊS MESES  
FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>01/01/2019 a 30/09/2019</u>	<u>01/01/2018 a 30/09/2018</u>	<u>01/07/2019 a 30/09/2019</u>	<u>01/07/2018 a 30/09/2018</u>
Receita operacional líquida	18	1.507.223	1.502.216	520.138	520.510
Custo dos serviços prestados	19	(1.073.280)	(1.002.074)	(366.730)	(334.033)
Lucro bruto		433.943	500.142	153.408	186.477
Despesas gerais e administrativas	19	(99.135)	(88.692)	(27.488)	(25.503)
Outras receitas e despesas	19	7.251	10.483	1.395	6.361
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		342.059	421.933	127.315	167.335
Resultado financeiro líquido	20	(815.967)	(876.836)	(225.522)	(252.923)
Resultado antes dos impostos		(473.908)	(454.903)	(98.207)	(85.588)
Imposto de renda e contribuição social	7c	57.373	48.868	24.294	(16.458)
Prejuízo líquido do período		(416.535)	(406.035)	(73.913)	(102.046)
Prejuízo líquido por ação (em reais)	26	(0,137)	(0,134)	(0,024)	(0,034)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS PERÍODOS DE NOVE  
E TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

---

	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018
Prejuízo do período	<u>(416.535)</u>	<u>(406.035)</u>	<u>(73.913)</u>	<u>(102.046)</u>
Total do resultado abrangente no período	<u><u>(416.535)</u></u>	<u><u>(406.035)</u></u>	<u><u>(73.913)</u></u>	<u><u>(102.046)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

---



CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)  
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.624.558	(3.543.349)	(918.791)
Prejuízo do período	-	(416.535)	(416.535)
EM 30 DE SETEMBRO DE 2019	<u>2.624.558</u>	<u>(3.959.884)</u>	<u>(1.335.326)</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.624.558	(3.355.132)	(730.574)
Prejuízo do período	-	(406.035)	(406.035)
EM 30 DE SETEMBRO DE 2018	<u>2.624.558</u>	<u>(3.761.167)</u>	<u>(1.136.609)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES  
FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período antes dos impostos		(473.908)	(454.903)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9/10	675.370	619.147
Baixa de imobilizado e intangível	9/10	2.636	5
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6/19	15.811	(750)
Provisão para obrigações legais	14	2.438	5.633
Apropriação de receita diferida	15	(8.500)	(1.588)
Variações monetárias e encargos, líquidas		807.765	876.699
Reequilíbrio econômico financeiro	13/15	(11.662)	(12.531)
Realização do custo de captação de empréstimos/debêntures	11/12	3.160	2.866
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber		(4.223)	(16.377)
Estoques		(4.149)	653
Outros adiantamentos		(2.582)	(3.029)
Impostos a recuperar		6.379	16.210
Depósitos judiciais		(3.535)	(4.424)
Despesas antecipadas		(773)	(370)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(24.603)	(22.259)
Partes relacionadas		-	(8.648)
Obrigações com empregados e administradores		(1.042)	(7.220)
Impostos a recolher		(1.038)	(449)
Adiantamento de clientes		(10.608)	(22.139)
Outras obrigações e contas a pagar		5.716	(45.621)
Outorga variável	13	171.619	171.158
Pagamento outorga variável	13	(230.594)	(195.829)
Receita diferida	15	4.320	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>917.997</u>	<u>896.234</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(73.801)	(71.806)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		45.880	43.950
Aquisição de intangível		(104.766)	(27.168)
Aquisição de imobilizado	9	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		<u>(132.690)</u>	<u>(55.027)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	11	378.375	203.072
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	11/12	(188.485)	(386.776)
Juros pagos	11/12	(196.326)	(209.950)
Pagamento da outorga fixa	13	<u>(1.223.366)</u>	<u>(242.740)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(1.229.802)</u>	<u>(636.394)</u>
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		<u>(444.495)</u>	<u>204.813</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período		502.468	44.420
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período		<u>57.973</u>	<u>249.233</u>
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		<u>(444.495)</u>	<u>204.813</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES  
FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Receitas		2.030.986	2.061.270
Receita tarifária e não tarifária	18	2.046.797	2.060.520
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidos	19	(15.811)	750
Insumos adquiridos de terceiros		(667.478)	(660.084)
Custos dos serviços prestados		(607.807)	(611.399)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(59.671)	(48.685)
Valor adicionado bruto		<u>1.363.508</u>	<u>1.401.186</u>
Retenções			
Depreciação e amortização	19	(675.370)	(619.147)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		<u>688.138</u>	<u>782.039</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		40.150	26.689
Valor adicionado total a distribuir		<u>728.288</u>	<u>808.728</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>728.288</u>	<u>808.728</u>
Pessoal e encargos		<u>78.563</u>	<u>89.339</u>
Remuneração direta		55.080	62.068
Benefícios		19.355	19.556
FGTS		4.128	7.715
Impostos, taxas e contribuições		<u>211.783</u>	<u>223.067</u>
Federais		145.895	155.361
Municipais		65.888	67.706
Remuneração do capital de terceiros		<u>854.477</u>	<u>902.357</u>
Juros	20	240.709	262.157
Atualização outorga	20	598.412	631.372
Outros		15.356	8.828
Remuneração de capital próprio		<u>(416.535)</u>	<u>(406.035)</u>
Prejuízo do período		(416.535)	(406.035)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
REFERENTES AOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Concessionária”, “Companhia”, “Aeroporto” ou “GRU Airport”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. GRUPAR (“Grupar”), uma controlada do grupo INVEPAR, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO com 49%, constituída em 08 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B” e tem como principal objeto social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 05 anos. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descritos na Nota Explicativa nº 13.

Considerando que no atual estágio da Concessionária, sua geração de caixa operacional tem por objetivo principal o pagamento das outorgas, é esperado que a Concessionária possua capital circulante negativo com característica decrescente, com pico no terceiro trimestre de cada ano após o pagamento da outorga fixa, sendo o caixa recomposto com o acumulo de caixa operacional. Em dezembro de 2017, com o intuito de melhorar a estrutura de capital para os próximos anos, a Concessionária aderiu à reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa, instituída pela Lei nº 13.999/17, antecipando parcialmente o valor da outorga fixa de 2018 e postergando na mesma proporção o valor para 2031 e 2032 (vide Nota Explicativa nº 13).

Em 30 de setembro de 2019, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 416.535 (R\$ 406.035 em 30 de setembro de 2018), um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.782.405 (R\$ 1.157.861 em 31 de dezembro de 2018) e patrimônio líquido negativo em R\$ 1.335.326 (R\$ 918.791 em 31 de dezembro de 2018).

Pelos próximos 13 anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Apresentação das informações contábeis intermediárias

A Administração da Concessionária autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 05 de novembro de 2019, que foram elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting,

emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018, não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominadas de “Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018”), publicadas na imprensa oficial em 29 de março de 2019 e nos websites: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.gru.com.br](http://www.gru.com.br), exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2019, do Pronunciamento CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018.

A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27), aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.

A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial com impacto para o arrendatário. De acordo com a norma, o arrendatário deve reconhecer os arrendamentos no balanço patrimonial, entre ativo e passivo (isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor). No ativo registra-se o direito de uso do bem arrendado, e em contrapartida, um passivo de arrendamento que representa o valor da dívida.

Não houve impacto da aplicação da IFRS 16 nas informações contábeis intermediárias.

## 2.2. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Concessionária.

## 3. CONTRATO DE CONCESSÃO

### a) Objeto

O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A – Transferência das operações do Aeroporto sob comando da INFRAERO para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013);
- FASE I-B – Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014);
- FASE I-C – Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) (fase concluída em 12 de maio de 2016);
- FASE II – Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (fase atual da Concessionária no período findo em 30 de setembro de 2019).

### Prazo de vigência

O contrato de concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

### Contribuição ao sistema

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de outorga fixa. Em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA, o montante, em valores reais, passa a ser R\$ 16.655.000 decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

### Bens integrantes da concessão

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

## b) Direitos e deveres

### Deveres gerais

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

### Investimentos

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

c) Remuneração da Concessionária

Receitas tarifárias

São constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas não tarifárias

São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros.

Transferência da concessão e do controle societário

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

d) Utilização do complexo aeroportuário

Disposição gerais

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e bancos	150	986
Aplicações em fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	<u>57.823</u>	<u>501.482</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>57.973</u></u>	<u><u>502.468</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em valores mobiliários do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil (BACEN) e em operações lastreadas em títulos públicos federais, com remuneração média de 98,36% do CDI (98,19% do CDI em 31 de dezembro de 2018), investimento de curto prazo e com alta liquidez.

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante (a)	<u>82.231</u>	<u>28.031</u>
Conta Pagamento/ Reserva	82.231	28.031
Não circulante (a)	<u>128.197</u>	<u>123.120</u>
CDB - Garantia Duke Energia	4.395	4.183
Conta Reserva	123.802	118.937
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	<u><u>210.428</u></u>	<u><u>151.151</u></u>

(a) Títulos para negociação

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos.

Os fundos são remunerados pela taxa média de 97,33% do CDI (97,63% do CDI em 31 de dezembro de 2018) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

Do montante de aplicação financeira registrado no ativo não circulante R\$ 4.395 (R\$ 4.183 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à aplicação em CDB junto ao Banco Itaú BBA, remunerado pela taxa média de 96,20% do CDI, cedido como garantia em contrapartida ao suprimento de energia elétrica no mercado livre, conforme contrato de compra e venda de energia elétrica entre a Concessionária e a Rio Parapanema Energia (empresa do Grupo Duke Energy).



## 6. CONTAS A RECEBER

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	167.818	167.020
Armazenagem	18.175	17.879
	<u>185.993</u>	<u>184.899</u>
Contas a receber não tarifárias		
Receitas acessórias	115.886	112.757
	<u>115.886</u>	<u>112.757</u>
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	(53.512)	(37.701)
Total contas a receber	<u>248.367</u>	<u>259.955</u>
Circulante	242.350	254.026
Não circulante	<u>6.017</u>	<u>5.929</u>

Em 30 de setembro de 2019, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total líquido de PECLD	Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
30 DE SETEMBRO DE 2019	248.367	(53.512)	246.653	1.249	227	65	275	2.647	9.983	40.780
	Total líquido de PECLD	Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE DEZEMBRO DE 2018	259.955	(37.701)	250.268	15.087	6.310	9.899	5.455	186	240	10.211

Em 30 de setembro de 2019, a provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é de R\$ 53.512 (R\$ 37.701 em 31 de dezembro de 2018).

Movimentação na provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo no início do exercício	(37.701)	(23.644)
Adição/ Reversão	(17.118)	(19.442)
Baixa	1.307	5.385
Saldo no fim do exercício	<u>(53.512)</u>	<u>(37.701)</u>

O IFRS9/CPC48 – Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, substituindo o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo de “perdas de créditos esperadas”.

A Concessionária revisou sua política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de “perdas de crédito esperadas”, avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando do julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de *aging* de vencimento:

Títulos à vencer	Vencimentos												
	< 30 dias	31 à 60 dias	61 à 90 dias	91 à 120 dias	121 à 150 dias	151 à 180 dias	181 à 210 dias	211 à 240 dias	241 à 270 dias	271 à 300 dias	301 à 330 dias	331 à 360 dias	> 361 dias
-	-	28,7%	38,0%	54,0%	64,0%	74,1%	83,3%	87,3%	91,3%	96,8%	98,9%	100,0%	100,0%

## 7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

### a) Impostos a recuperar

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRRF	6.395	4.832
IRPJ a compensar	386	1.061
CSLL a compensar	80	215
PIS e COFINS	26.492	32.235
ISSQN	41	41
Total dos impostos a recuperar - circulante	<u>33.394</u>	<u>38.384</u>
PIS e COFINS - não circulante	<u>389.847</u>	<u>391.236</u>
Total	<u><u>423.241</u></u>	<u><u>429.620</u></u>

O montante de PIS e COFINS apresentado em impostos a recuperar, corresponde ao crédito das contribuições sobre os investimentos e são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme o OCPC05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão.

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, em conformidade com o CPC 32 – Impostos sobre o lucro (IAS 12), Instrução CVM 371, OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 01/2019 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	942.583	942.583
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	18.041	18.041
Total	<u>960.624</u>	<u>960.624</u>
Passivo diferido		
Outorga fiscal(*)	(552.477)	(584.975)
AVP outorga fiscal	(115.126)	(139.006)
Margem de construção(*)	(29.833)	(31.548)
AVP reequilíbrio	(3.586)	(2.866)
Total	<u>(701.022)</u>	<u>(758.395)</u>
Saldo ativo diferido líquido	<u>259.602</u>	<u>202.229</u>

(\*) os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14.

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	<u>Ativo</u>
2021	9.171
2022	33.050
2023	52.120
2024 a 2032	<u>866.283</u>
	<u>960.624</u>

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivo

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(473.908)	(454.903)	(98.207)	(85.588)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	161.129	154.667	33.390	29.100
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do período				
Diferenças permanentes	(153)	(52)	(12)	(13)
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	(103.603)	(105.747)	(9.084)	(45.545)
Total dos impostos no resultado - diferido	57.373	48.868	24.294	(16.458)

A Concessionária não constituiu o montante de R\$ 103.603 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 105.747 em 30 de setembro de 2018) de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O valor acumulado, até 30 de setembro de 2019, de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.209.862 (R\$ 1.106.259 em 31 de dezembro de 2018).

d) Impostos a recolher

	30/09/2019	31/12/2018
Impostos sobre receita		
PIS e COFINS	26.228	24.068
ISSQN	7.164	7.925
	33.392	31.993
Impostos retidos sobre serviços		
ISSQN terceiros	644	1.682
IRRF	685	1.235
INSS s/terceiros	1.338	2.106
CSRF	816	897
	3.483	5.920
Circulante	36.875	37.913

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	30/09/2019	
			Ativo não circulante	Passivo circulante
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
CART (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521
METRORIO (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	457
			<u>17.730</u>	<u>25.883</u>
Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2018	
			Ativo não circulante	Passivo circulante
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
CART(ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521
METRORIO(ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	457
			<u>17.730</u>	<u>25.883</u>

a) Sumário das transações entre partes relacionadas

- (i) A Concessionária e INFRAERO possuem valores de receitas e custos a serem repassados de parte a parte, decorrentes da transição da operação.
- (ii) Os passivos com as coligadas CART e METRÔ RIO são valores referentes a gastos com funcionários cedidos à Concessionária.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o período foi a seguinte:

	30/09/2019	30/09/2018
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	7.056	6.887
Outros benefícios	477	387
Encargos	1.363	1.332
Total da remuneração	<u>8.896</u>	<u>8.606</u>

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2019 para o exercício de 2019, é de R\$ 11.210, incluindo os encargos previdenciários incidentes.

Em 30 de setembro de 2019, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 1.933 (R\$ 3.025 em 31 de dezembro de 2018).

## 9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %				Saldo em
		31/12/2018	Adições	Transferência	30/09/2019
<b>Custo</b>					
Instalações	5%	11.944	-	-	11.944
Máquinas e equipamentos	10%	3.704	3	29	3.736
Móveis e utensílios	10%	2.751	-	5	2.756
Veículos	20%	2.274	-	-	2.274
Equipamentos de informática	20%	10.331	-	54	10.385
Imobilizado em andamento		88	-	(88)	-
<b>Total</b>		<b>31.092</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>31.095</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Instalações		(2.446)	(855)	-	(3.301)
Máquinas e equipamentos		(2.777)	(144)	-	(2.921)
Móveis e utensílios		(1.872)	(151)	-	(2.023)
Veículos		(1.536)	(203)	-	(1.739)
Equipamentos de informática		(8.548)	(710)	-	(9.258)
<b>Total</b>		<b>(17.179)</b>	<b>(2.063)</b>	<b>-</b>	<b>(19.242)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>13.913</b>	<b>(2.060)</b>	<b>-</b>	<b>11.853</b>

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %				Saldo em
		31/12/2017	Adições	Transferência	30/09/2018
<b>Custo</b>					
Instalações	5%	11.944	-	-	11.944
Máquinas e equipamentos	10%	3.701	-	-	3.701
Móveis e utensílios	10%	2.743	-	4	2.747
Veículos	20%	2.219	-	55	2.274
Equipamentos de informática	20%	10.360	3	(59)	10.304
<b>Total</b>		<b>30.967</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>30.970</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Instalações		(1.306)	(855)	-	(2.161)
Máquinas e equipamentos		(2.442)	(277)	-	(2.719)
Móveis e utensílios		(1.633)	(187)	-	(1.820)
Veículos		(1.175)	(269)	-	(1.444)
Equipamentos de informática		(7.273)	(1.006)	-	(8.279)
<b>Total</b>		<b>(13.829)</b>	<b>(2.594)</b>	<b>-</b>	<b>(16.423)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>17.138</b>	<b>(2.591)</b>	<b>-</b>	<b>14.547</b>

Sobre o ativo imobilizado da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

Perdas por redução ao valor recuperável

Em 30 de setembro de 2019, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/09/2019
<b>Custo</b>						
Software e sistemas	20%	27.934	-	-	170	28.104
Outorga fixa - concessão	(a)	14.415.534	170.636	-	-	14.586.170
Investimento para concessão	(a)	4.110.628	12.066	(3.255)	32.566	4.152.005
Em andamento		85.583	103.910	(66)	(32.736)	156.691
<b>Total</b>		<b>18.639.679</b>	<b>286.612</b>	<b>(3.321)</b>	<b>-</b>	<b>18.922.970</b>
<b>Amortização acumulada</b>						
Software	20%	(21.138)	(3.293)	-	-	(24.431)
Outorga fixa - concessão	(a)	(3.208.616)	(502.576)	-	-	(3.711.192)
Investimento para concessão	(a)	(829.764)	(167.438)	685	-	(996.517)
<b>Total</b>		<b>(4.059.518)</b>	<b>(673.307)</b>	<b>685</b>	<b>-</b>	<b>(4.732.140)</b>
<b>Intangível líquido</b>		<b>14.580.161</b>	<b>(386.695)</b>	<b>(2.636)</b>	<b>-</b>	<b>14.190.830</b>

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/09/2018
<b>Custo</b>						
Software e sistemas	20%	26.922	-	-	940	27.862
Outorga fixa - concessão	(a)	14.160.273	210.456	-	-	14.370.729
Investimento para concessão	(a)	4.079.267	5.786	-	10.814	4.095.867
Em andamento		16.188	26.519	(5)	(11.754)	30.948
Adiantamento a fornecedores		-	4.596	-	-	4.596
<b>Total</b>		<b>18.282.650</b>	<b>247.357</b>	<b>(5)</b>	<b>-</b>	<b>18.530.002</b>
<b>Amortização acumulada</b>						
Software	20%	(16.522)	(3.515)	-	-	(20.037)
Outorga fixa - concessão	(a)	(2.599.798)	(455.318)	-	-	(3.055.116)
Investimento para concessão	(a)	(618.363)	(157.720)	-	-	(776.083)
<b>Total</b>		<b>(3.234.683)</b>	<b>(616.553)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.851.236)</b>
<b>Intangível líquido</b>		<b>15.047.967</b>	<b>(369.196)</b>	<b>(5)</b>	<b>-</b>	<b>14.678.766</b>

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente

a finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota Explicativa nº 13.

As adições no período referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização dos encargos da outorga fixa.

No período findo em 30 de setembro de 2019, foram capitalizados no ativo intangível R\$ 170.636 de atualização monetária da outorga fixa (R\$ 210.456 em 30 de setembro 2018) e R\$ 9.090 de juros sobre empréstimos e financiamentos (R\$ 1.345 em 30 de setembro de 2018).

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

#### Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01(R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 30 de setembro de 2019, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2019 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do contrato de concessão).



## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2018	Captação	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 30/09/2019
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.883.395	78.990	124.468	-	(80.860)	(118.774)	-	1.887.219
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	3.135	-	147	-	-	(138)	-	3.144
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	808.949	33.852	51.789	9.090	(33.963)	(53.907)	-	815.810
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	6	-	19	-	-	(19)	-	6
Daycoval	CCB	jul/19	CDI	5,54%	12.492	-	413	-	(11.667)	(1.238)	-	0
Banco do Brasil	Nota Promissória	dez/19	CDI	146,00%	-	270.000	5.319	-	(40.000)	(788)	-	234.531
Custo com Nota Promissória	Nota Promissória				-	(4.467)	-	-	-	-	2.442	2.025
<b>Total</b>					<b>2.707.977</b>	<b>378.375</b>	<b>182.155</b>	<b>9.090</b>	<b>(166.490)</b>	<b>(174.864)</b>	<b>2.442</b>	<b>2.938.685</b>
Parcela do circulante					176.564							430.792
Parcela do não circulante					2.531.413							2.507.893

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2017	Captação	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 30/09/2018
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.969.887	-	132.748	-	(73.708)	(124.138)	-	1.904.789
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	2.891	221	144	-	-	(129)	-	3.127
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	847.426	-	57.409	1.345	(30.821)	(56.191)	-	819.168
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	6	-	18	-	-	(18)	-	6
Caixa Econômica Federal	Conta Garantida	dez/18	CDI	spread	50.460	-	1.929	-	50.000	(2.389)	-	0
Daycoval	CCB	jul/19	CDI	5,54%	30.210	-	2.225	-	(13.333)	(1.515)	-	17.587
BTG Pactual	Nota Promissória	set/18	CDI	1,40%	-	205.000	3.935	-	(205.000)	(3.935)	-	0
Custo com Nota Promissória	Nota Promissória				-	2.149	-	-	-	-	2.149	0
<b>Total</b>					<b>2.900.880</b>	<b>203.072</b>	<b>198.408</b>	<b>1.345</b>	<b>(372.862)</b>	<b>(188.315)</b>	<b>2.149</b>	<b>2.744.677</b>
Parcela do circulante					222.157							178.065
Parcela do não circulante					2.678.723							2.565.267

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. Em 30 de setembro de 2019 o montante capitalizado no período foi de R\$ 9.090 (R\$ 2.891 em 31 de dezembro de 2018).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2020	62.868
2021	265.509
2022	289.481
2023 em diante	1.890.035
	<u>2.507.893</u>

#### Financiamento de longo prazo – Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 435.000, (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 487.000, e (iv) “subcrédito C” no valor de R\$ 17.300. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

#### Financiamento de longo prazo – Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 643.000; (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 187.000; e (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

#### Fiança

Em 01 de julho de 2014, a Concessionária contratou Carta Fiança no montante de R\$ 665 para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução de Título Extrajudicial, Processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos – SP. Este saldo é atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e com o *spread* de 2,9% a.a.

### Conta Garantida

Em 28 de abril de 2016, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 50.000 da Conta Garantida, com juros remuneratórios obtidos pela composição da taxa CDI CETIP e sobre-preço efetivo anual, incidentes sobre a média aritmética simples dos saldos devedores diários. Em 09 de maio de 2018, este valor foi liquidado.

### Nota Promissória

Em 10 de julho de 2019, a Concessionária realizou a 4º emissão de Notas Promissórias Comerciais. Foram emitidas 27 Notas Promissórias no valor nominal unitário de R\$ 10.000, totalizando R\$ 270.000 em série única e remuneração anual de 146% do CDI. A amortização das Notas Promissórias juntamente com os pagamentos de juros tem prazo final de 150 dias, podendo ser resgatadas antecipadamente.

Até 30 de setembro de 2019, a Companhia resgatou 4 Notas Promissórias no valor de R\$ 40.000, perfazendo o saldo a pagar de 23 Notas Promissórias no montante de R\$ 230.000.

### Cédula de Crédito Bancário (CCB)

Em 14 de dezembro de 2017, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 30.000 da Cédula de Crédito Bancário (CCB), com a finalidade de capital de giro, com juros remuneratórios, obtidos pela composição da taxa CDI e sobre preço efetivo anual.

### Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e às debentures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário tem como garantia as cláusulas restritivas:

- Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO);
- A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando a contribuição fixa e variável;
- Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *covenants*, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, que estão previstas para finalizarem até dezembro 2019 e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Em 26 de abril de 2019, a Concessionária solicitou aos Bancos Repassadores e BNDES anuência para: (i) o não preenchimento da “Conta Outorga Fixa” no prazo de 60 (sessenta) dias de

antecedência do vencimento da Outorga Fixa; (ii) a não decretação de inadimplemento do Contrato de Suporte de Acionistas, pelo descumprimento da obrigação de aporte na Concessionária no valor correspondente ao pagamento anual e integral da Contribuição Fixa; (iii) a não decretação de inadimplemento do Contrato de Financiamento até dia 15 de dezembro de 2019, por força do atraso no pagamento da outorga fixa, com vencimento em 11/07/2019; (iv) que o saldo da “Conta Outorga Fixa” seja liberado, para uso exclusivo, na amortização da Outorga Fixa, pela Concessionária, sempre no último dia útil de cada mês até que seja totalmente quitada e; (v) desbloqueio das contas reservas automaticamente quando da quitação da Outorga.

Em Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) de 1º e 2º emissão, realizada em 10 de maio de 2019 foi aprovado pleito semelhante ao realizado aos demais credores (acima) sob condição de pagamento, em até 30 dias, de *waiver fee* de 0,25% sobre saldo devedor da dívida com os debenturistas. No dia 10 de junho de 2019 foram pagos a título de compensação R\$ 1.911 aos debenturistas.

De acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária e Administração de Contas, em 12 de maio de 2019, dado que a Concessionária realizou a composição parcial da Conta Reserva para o pagamento da Outorga Fixa, o Banco Itaú (Banco Administrador das contas do Aeroporto) efetuou o bloqueio temporário das contas bancárias do projeto, ocasionando o aumento no controle de pagamentos. O bloqueio das contas não interferiu na operação e no funcionamento do Aeroporto.

Em 30 de agosto de 2019, a Concessionária efetuou o pagamento integral da Outorga Fixa. As contas do projeto foram desbloqueadas em 06 de setembro de 2019.

## 12. DEBÊNTURES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 09 parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Data</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2018	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 30/09/2019
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	371.066	30.802	(21.995)	(21.462)	-	358.411
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	367.860	27.752	-	-	-	395.612
Custo com emissão				(6.774)	-	-	-	718	(6.056)
<b>Total</b>				<b>732.152</b>	<b>58.554</b>	<b>(21.995)</b>	<b>(21.462)</b>	<b>718</b>	<b>747.967</b>

Parcela do circulante	65.274	90.147
Parcela do não circulante	666.878	657.820

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2017	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 30/09/2018
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	375.239	34.290	(13.914)	(21.635)	-	373.980
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	372.515	30.804	-	-	-	403.319
Custo com emissão				(7.732)	-	-	-	717	(7.015)
<b>Total</b>				<b>740.022</b>	<b>65.094</b>	<b>(13.914)</b>	<b>(21.635)</b>	<b>717</b>	<b>770.284</b>

Parcela do circulante	52.057	80.995
Parcela do não circulante	687.965	689.289

Em 30 de setembro de 2019, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 6.056 (R\$ 6.774 em 31 de dezembro de 2018).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	30/09/2019
2020	41.005
2021	86.183
2022	105.789
2023 em diante	424.843
	<u>657.820</u>

Até 30 de setembro de 2019, a Concessionária realizou o pagamento de amortização do principal no montante de R\$ 21.995, constituído por R\$ 7.253 referente a 1ª série, R\$ 7.361 referente a 2ª série e R\$ 7.381 referente a 3ª série da 1ª emissão de debêntures bem como o pagamento de juros remuneratórios no total de R\$ 21.462, constituído por R\$ 7.068 referente a 1ª série e R\$ 7.201 referente a 2ª série e R\$ 7.193 referente a 3ª série da 1ª emissão de Debêntures.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras  
(Vide Nota Explicativa nº 11)

### 13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Objeto	Saldo inicial 31/12/2018	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação (b)	Pagamento	Saldo final 30/09/2019
Outorga variável	230.379	171.619	-	-	-	-	(230.594)	171.404
Outorga fixa	1.202.651	-	58.697	16.737	1.188.708	(10.285)	(1.223.366)	1.233.142
( - ) Reequilíbrio	(9.812)	-	571	-	(10.285)	10.285	-	(9.241)
Circulante	1.423.218	171.619	59.268	16.737	1.178.423	-	(1.453.960)	1.395.305
Outorga fixa	11.833.718	-	539.715	153.899	(1.188.708)	-	-	11.338.624
( - ) Reequilíbrio	(79.605)	-	(7.298)	-	10.285	-	-	(76.618)
Não circulante	11.754.113	-	532.417	153.899	(1.178.423)	-	-	11.262.006
<b>Total</b>	<b>13.177.331</b>	<b>171.619</b>	<b>591.685</b>	<b>170.636</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.453.960)</b>	<b>12.657.311</b>

Objeto	Saldo inicial 31/12/2017	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação (b)	Pagamento	Saldo final 30/09/2018
Outorga variável	200.601	171.158	-	-	-	(4.903)	(195.829)	171.027
Outorga fixa	245.002	-	59.060	19.599	1.120.868	(3.804)	(242.740)	1.197.985
( - ) Reequilíbrio	(8.486)	-	(283)	-	(8.707)	8.707	-	(8.769)
Circulante	437.117	171.158	58.777	19.599	1.112.161	-	(438.569)	1.360.243
Outorga fixa	12.020.886	-	575.123	190.857	(1.120.868)	-	-	11.665.998
( - ) Reequilíbrio	(79.463)	-	(7.101)	-	8.707	-	-	(77.857)
Não circulante	11.941.423	-	568.022	190.857	(1.112.161)	-	-	11.588.141
<b>Total</b>	<b>12.378.540</b>	<b>171.158</b>	<b>626.799</b>	<b>210.456</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(438.569)</b>	<b>12.948.384</b>

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

(b) Compensação da Outorga Fixa.

#### Outorga fixa

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a orientação técnica OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho, sendo necessária a constituição de conta reserva em 12 de maio de cada ano. Os pagamentos serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Em 17 de agosto de 2017, através da Nota Técnica nº 11(SEI)/2017/SRA, a ANAC consentiu a reprogramação do fluxo de pagamento das outorgas e apresentou aditivo do contrato, estabelecendo o novo fluxo de pagamentos.

Em 26 de outubro de 2017, a Medida Provisória nº 779/17, que tratava sobre a reprogramação do pagamento da contribuição fixa, foi convertida na Lei nº 13.499/17, a qual, celebra os aditivos contratuais que versem sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016.

Em 19 de dezembro de 2017, após o pagamento integral da outorga fixa de 2017, a Concessionária realizou a antecipação do valor de R\$ 319.000 (em valores de 2012), atualizado

até esta data, totalizando o montante de R\$ 460.000 referente à parte da outorga fixa de 2018, em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA. De acordo com o referido aditamento, a Concessionária postergou para os anos entre 2031 e 2032 o montante pago antecipadamente de R\$ 319.000, devidamente atualizado. O saldo remanescente de R\$ 172.650 (em valores de 2012), foi pago em 11 de julho de 2018, devidamente atualizado, totalizando o montante de R\$ 242.740.

Em 13 de maio de 2019, a Concessionária comunicou ao mercado que realizou a composição parcial da Conta Reserva, para pagamento da outorga fixa, prevista nos contratos de financiamento e de cessão fiduciária de direitos creditórios, firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Bancos Repassadores (vide Nota Explicativa nº11).

Em 30 de agosto de 2019, a Concessionária efetuou o pagamento integral da Outorga Fixa, as contas do projeto foram desbloqueadas em 06 de setembro de 2019.

#### Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos e devoluções. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

#### Reequilíbrio econômico financeiro

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à INFRAERO no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) decidiu aprovar a 1ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.



<b>Ano</b>	<b>Valor a ser deduzido</b>
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
<b>Total</b>	<b>113.844</b>

Os valores estabelecidos na tabela, serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e eventuais diferenças relativas as estimativas dos anos anteriores deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

Em 30 de outubro de 2014, no âmbito do Processo 00058.534906/2017-14, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária em razão da impossibilidade de utilização das áreas comerciais com constrição judicial.

Em 11 de outubro de 2018, de acordo com a Decisão nº 159 a ANAC aprovou a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato que será realizada por meio de revisão da contribuição fixa devida pela Concessionária nos termos do artigo 3º da Decisão nº 159/2018. Desse modo, a parcela da contribuição fixa devida em 2019 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado durante o período de constrição, correspondente R\$ 939 devidamente atualizado até a sua compensação.

#### 14. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>30/09/2019</u>
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	10.518	3.394	(1.609)	606	12.909
Tributário (b)	163	-	(24)	30	169
Administrativos (c)	458	4	(182)	54	334
Cíveis (d)	122	423	(500)	242	287
Total	<u>11.261</u>	<u>3.821</u>	<u>(2.315)</u>	<u>932</u>	<u>13.699</u>

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado)*
Provisão para riscos		
Trabalhistas (a)	2.694	3.506
Tributários (b)	327.219	83.787
Administrativo (c)	41.093	68.547
Cíveis (d)	7.972	1.986
Total	<u>378.978</u>	<u>157.826</u>

\* Reapresentação de saldo para os riscos possíveis, sem impacto contábil devido a classificação de risco.

a) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 81% do total das contingências.

b) Riscos tributários

Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), e lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos. No caso do IPTU, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio do contrato de concessão junto à ANAC.

c) Riscos Administrativos

Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, ANVISA, IPEM-SP/INMETRO, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

d) Riscos cíveis

Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.

Depósitos recursais e judiciais

Em 30 de setembro de 2019, a Concessionária possuía R\$ 17.634 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 14.099 em 31 de dezembro de 2018).

15. RECEITA DIFERIDA

	Saldo inicial 31/12/2018	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 30/09/2019
Cessão de espaço	9.981	765	(8.500)	9.097	11.343
Reequilíbrio	7.756	-	(6.113)	6.113	7.756
Circulante	17.737	765	(14.613)	15.210	19.099
Cessão de espaço	94.076	3.555	-	(9.097)	88.534
Reequilíbrio	59.288	-	1.178	(6.113)	54.353
Não Circulante	153.364	3.555	1.178	(15.210)	142.887
	171.101	4.320	(13.435)	-	161.986

	Saldo inicial 31/12/2017	Apropriação	Transferência	Saldo final 30/09/2018
Cessão de espaço	9.274	(6.843)	7.550	9.981
Reequilíbrio	7.756	(5.969)	5.969	7.756
Circulante	17.030	(12.812)	13.519	17.737
Cessão de espaço	92.033	5.255	(7.550)	89.738
Reequilíbrio	66.150	822	(5.969)	61.003
Não Circulante	158.183	6.077	(13.519)	150.741
	175.213	(6.735)	-	168.478

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

A atualização do reequilíbrio econômico, feita por meio do reconhecimento do ajuste a valor presente ao resultado, se dá em base sistemática semelhante à apropriação da receita diferida. Por este motivo, o montante de receita diferida de reequilíbrio econômico no passivo não circulante não teve qualquer movimentação de atualização.

16. OUTROS PASSIVOS

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Repasso PAN/PAT (a)	51	141
Repasso ao Tesouro Nacional (b)	78.120	70.112
Contribuição Mensal (c)	<u>63.307</u>	<u>65.509</u>
Total	<u><u>141.478</u></u>	<u><u>135.762</u></u>

- (a) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Os percentuais são variáveis e determinados conforme peso das bagagens e cargas.
- (b) O repasse ao Tesouro Nacional corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825/99. O repasse corresponderá a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidense) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do Contrato de Concessão.
- (c) A Contribuição Mensal corresponde ao montante mensal resultante da aplicação de alíquota de 22,65% sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pouso e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social

Em 30 de setembro de 2019, o capital social da Concessionária é de R\$ 2.624.558 (em 31 de dezembro de 2018 era R\$ 2.624.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	<u>30/09/2019</u>		
	<u>Capital</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	1.338.525	1.547.106.254	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	1.286.033	1.486.435.421	49
Total	<u><u>2.624.558</u></u>	<u><u>3.033.541.675</u></u>	<u><u>100</u></u>

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do período, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

**18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018
Receita operacional bruta tarifária				
Receita de aeronave e passageiros	815.745	798.153	279.918	285.689
Receita de armazenagem e capatazia	442.558	529.195	155.630	170.168
Total da receita operacional bruta tarifária	1.258.303	1.327.348	435.548	455.857
Receita operacional bruta não tarifária				
Receitas acessórias	788.494	733.172	271.174	257.150
Total da receita operacional bruta não tarifária	788.494	733.172	271.174	257.150
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	2.046.797	2.060.520	706.722	713.007
Deduções da receita bruta	(539.574)	(558.304)	(186.584)	(192.497)
PIS	(33.645)	(33.870)	(11.612)	(11.714)
COFINS	(154.970)	(156.008)	(53.484)	(53.957)
ISSQN	(64.243)	(66.367)	(22.205)	(22.793)
Contribuição mensal (*)	(277.128)	(294.094)	(95.755)	(100.902)
Devoluções e cancelamentos	(9.588)	(7.965)	(3.528)	(3.131)
Receita operacional líquida	1.507.223	1.502.216	520.138	520.510

(\*) Contribuição mensal, instituída pela Lei nº 13.319/16, maiores detalhes estão descritos na Nota Explicativa nº 16 (c).

**19. CUSTO E DESPESAS**

	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018
Pessoal e encargos	(91.513)	(102.456)	(32.249)	(30.394)
Conservação e manutenção	(70.084)	(73.326)	(23.477)	(23.077)
Comunicação, marketing e publicidade	(756)	(651)	(259)	(219)
Seguros e garantias	(8.139)	(11.991)	(2.208)	(3.127)
Serviços de terceiros	(101.080)	(98.913)	(33.339)	(32.964)
Veículos	(447)	(569)	(185)	(193)
Consultoria e assessoria	(6.602)	(5.096)	(2.270)	(1.561)
Aluguéis e impostos	(5.669)	(5.545)	(1.939)	(1.691)
Energia elétrica	(27.553)	(22.320)	(8.798)	(7.123)
Contingências	(4.967)	(6.888)	(2.369)	(752)
PECLD	(15.811)	750	572	336
Outorga variável (*)	(168.786)	(168.337)	(58.177)	(58.311)
Depreciação e amortização	(675.370)	(619.147)	(231.007)	(207.304)
Outros	11.613	34.206	2.882	13.205
	(1.165.164)	(1.080.283)	(392.823)	(353.175)
Custo dos serviços prestados	(1.073.280)	(1.002.074)	(366.730)	(334.033)
Despesas gerais e administrativas	(99.135)	(88.692)	(27.488)	(25.503)
Outras receitas e despesas	7.251	10.483	1.395	6.361
	(1.165.164)	(1.080.283)	(392.823)	(353.175)

(\*) Detalhes dos valores da Outorga Variável estão descritos na Nota Explicativa nº 13.

## 20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018
<b>Receita financeira</b>				
Juros sobre aplicações financeiras	31.356	19.642	5.412	6.869
Outras receitas financeiras	7.091	5.812	3.960	1.976
<b>Total</b>	<b>38.447</b>	<b>25.454</b>	<b>9.372</b>	<b>8.845</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Atualização monetária sobre outorga fixa	(598.412)	(631.372)	(144.931)	(171.738)
Juros sobre debêntures	(58.554)	(65.094)	(16.173)	(21.557)
Juros sobre empréstimos	(182.155)	(197.063)	(63.677)	(64.754)
Comissões e despesas bancárias	(7.864)	(3.203)	(6.167)	(780)
Outros	(7.429)	(5.558)	(3.946)	(2.939)
<b>Total</b>	<b>(854.414)</b>	<b>(902.290)</b>	<b>(234.894)</b>	<b>(261.768)</b>
<b>Total do resultado financeiro líquido</b>	<b>(815.967)</b>	<b>(876.836)</b>	<b>(225.522)</b>	<b>(252.923)</b>

## 21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão aeroportuária” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

## 22. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (INFRAPREV) – com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRAERO, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 – contrato de concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 – SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro – Guarulhos – Capítulo XV – das disposições transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

## 23. SEGUROS

Em 30 de setembro de 2019, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantem continuidade e eficácia das operações realizadas no Aeroporto, como seguro de responsabilidade civil aeroportuário, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao Aeroporto).

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Riscos operacionais	1.600.000	24/05/2019	24/05/2020	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	500.000	24/05/2019	24/05/2020	Mapfre Seguros
Garantia de obrigações públicas *	555.321	04/06/2019	04/06/2020	Fator Seguradora/Potencial Seguradora
Seguro de equipamentos móveis	3.300	24/05/2019	24/05/2020	Allianz Seguros S.A.
Seguro de vida – bombeiros	56.560	24/05/2019	24/05/2020	Tokio Marine Seguradora
Seguro de frota	600.000	24/05/2019	24/05/2020	Tokio Marine Seguradora

\*Limite de R\$ 670.972 até 10 de julho e endossado em 11 de julho de 2019.

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do Grupo INVEPAR, com vigência de maio de 2019 a maio de 2020 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000 com a XL Seguros.

## 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes

de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Instrumentos financeiros		30/09/2019		
		Valor justo	Custo amortizado	Total
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa		57.973	-	57.973
Aplicações financeiras vinculadas		210.428	-	210.428
Contas a receber		-	248.367	248.367
Partes relacionadas		-	17.730	17.730
<b>Total do ativo</b>		<b>268.401</b>	<b>266.097</b>	<b>534.498</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores		-	55.864	55.864
Partes relacionadas		-	25.883	25.883
Empréstimos e financiamentos		-	2.938.685	2.938.685
Debêntures (*)		-	754.023	754.023
Concessão de serviço público		-	12.657.311	12.657.311
<b>Total do passivo</b>		<b>-</b>	<b>16.431.766</b>	<b>16.431.766</b>

(\*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Instrumentos financeiros		31/12/2018		
		Valor justo	Custo amortizado	Total
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa		502.468	-	502.468
Aplicações financeiras vinculadas		151.151	-	151.151
Contas a receber		-	259.955	259.955
Partes relacionadas		-	17.730	17.730
<b>Total do ativo</b>		<b>653.619</b>	<b>277.685</b>	<b>931.304</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores		-	78.347	78.347
Partes relacionadas		-	25.883	25.883
Empréstimos e financiamentos		-	2.707.977	2.707.977
Debêntures (*)		-	738.926	738.926
Concessão de serviço público		-	13.177.331	13.177.331
<b>Total do passivo</b>		<b>-</b>	<b>16.728.464</b>	<b>16.728.464</b>

(\*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

a) Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.



- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	30/09/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	57.973	57.973	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	210.428	-	210.428	-
<b>Total</b>	<b>268.401</b>	<b>57.973</b>	<b>210.428</b>	<b>-</b>

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	30/09/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.938.685	-	2.938.685	-
Debêntures (*)	754.023	-	754.023	-
Concessão de serviço público	12.657.311	-	-	12.657.311
<b>Total</b>	<b>16.350.019</b>	<b>-</b>	<b>3.692.708</b>	<b>12.657.311</b>

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	502.468	502.468	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	151.151	-	151.151	-
<b>Total</b>	<b>653.619</b>	<b>502.468</b>	<b>151.151</b>	<b>-</b>

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.707.977	-	2.707.977	-
Debêntures (*)	738.926	-	738.926	-
Concessão de serviço público	13.177.331	-	-	13.177.331
<b>Total</b>	<b>16.624.234</b>	<b>-</b>	<b>3.446.903</b>	<b>13.177.331</b>

(\*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

As debêntures, em 30 de setembro de 2019, apresentam valor de mercado de R\$ 697.253 (R\$ 682.291 em 31 de dezembro de 2018). Fonte: CETIP

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

- Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica de provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa, Nota Explicativa nº 6.

- Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 30/09/2019
Fornecedores	55.864	-	-	-	55.864
Empréstimos	653.859	971.637	1.325.040	1.799.623	4.750.159
Debêntures	111.557	284.782	439.249	248.670	1.084.258
Concessão de serviço público	1.233.142	2.604.312	2.807.961	17.376.225	24.021.640
	<u>2.054.422</u>	<u>3.860.731</u>	<u>4.572.250</u>	<u>19.424.518</u>	<u>29.911.921</u>

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2018
Fornecedores	78.347	-	-	-	78.347
Empréstimos	404.715	1.011.289	1.213.194	2.270.981	4.900.179
Debêntures	105.865	271.430	339.324	423.406	1.140.025
Concessão de serviço público	1.202.651	2.604.055	2.807.683	15.523.602	22.137.991
	<u>1.791.578</u>	<u>3.886.774</u>	<u>4.360.201</u>	<u>18.217.989</u>	<u>28.256.542</u>

c) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras.

Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Nas tabelas a seguir, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária com base nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

Operação	30/09/2019	Risco/ indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalentes de caixa	57.973	-	4.151	3.113	2.075
Aplicações financeiras vinculadas	210.428	CDI (% ao ano)	15.067	11.300	7.533
Referência para ativos financeiros			Provável	Cenário A	Cenário B
CDI (% ao ano)			7,16%	5,37%	3,58%

Passivo financeiro

Operação	30/09/2019	Risco/indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos	2.706.179	TJLP (% ao ano)	177.255	221.636	266.017
Debêntures	754.023	IPCA (% ao ano)	30.915	38.681	46.372
Outorga Fixa	12.657.311	IPCA (% ao ano)	518.950	649.320	778.425
Referência para passivos financeiros			Provável	Cenário A	Cenário B
TJLP (% ao ano)			6,55%	8,19%	9,83%
IPCA (% ao ano)			4,10%	5,13%	6,15%
CDI (% ao ano)			7,16%	8,95%	10,74%

25. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	9.090	1.345
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	170.636	210.456
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	2.120	8.388

26. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 30 de setembro de 2019 e 2018, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído. A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018
Numerador				
Resultado do período atribuído aos acionistas da Concessionária	(416.535)	(406.035)	(73.913)	(102.046)
Denominador (em milhares de ações)	3.033.542	3.033.542	3.033.542	3.033.542
Média ponderada por número de ações				
Resultado básico e diluído por ação - em reais	(0,137)	(0,134)	(0,024)	(0,034)

## 27. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 30 de outubro de 2019, a Companhia liquidou parcialmente o montante de R\$ 133.453 milhões referente a 4º emissão de notas promissórias com vencimento em dezembro de 2019.

\* \* \*